

ILMA SRA. Subsecretária de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada
(inciso XI do artigo 43, do Decreto nº 45.824, de 20 de dezembro de 2011)

Auto de Infração n.º 48.241/2015

Nome do Autuado: TOGNI S.A. MATERIAIS REFRATÁRIOS

Número do CNPJ do Autuado: 23.637.093/0001-65

A TOGNI S.A. MATERIAIS REFRATÁRIOS, instalada à rua Antônio Togni n.ºs 2.439 e 2.441– Parque Industrial Elyseu Angelo Togni (antigo Parque Industrial Ponte Preta), CEP 37.704-356, Poços de Caldas, Minas Gerais, inscrita sob o CNPJ 23.637.093/0001-65, não se conformando com o auto de infração acima referido, do qual foi notificado em 01/03/2016 através do ofício 159/2015 SUPRAM –SM, vem, respeitosamente, no prazo legal, apresentar sua defesa, pelos motivos de fato e de direito que se seguem.

I – OS FATOS

No dia 16/01/2015, a TOGNI S.A. MATERIAIS REFRATÁRIOS, recebeu o auto de infração supra mencionado através do Ofício 018/2015 – SUPRAM-SM, que seguia como descrito abaixo.

“Mediante Análise Técnica com a finalidade de subsidiar a revalidação da licença de operação (REVLO) nº 031/2008, vinculada ao processo nº. 00111/1986/002/2006, foi verificado, por intermédio de laudos de análise do efluente da saída da Estação de Tratamento de Efluente – ETE e também dos laudos das caixas separadoras de água e óleo, o lançamento de efluentes com parâmetros acima do fixados na Deliberação Normativa Conjunta Conselho de Política Ambiental – COPAM/Conselho Estadual de Recurso Hídrico – CERH nº. 01/2008, bem como o cumprimento fora do prazo das condicionantes 1,2 e 4, constantes no anexo I do parecer único do processo acima mencionado, resultando na prática de infração administrativa capitulada no código 114 do artigo 83 do Decreto nº. 44.844 de 25 de junho de 2008, qual seja:

“Descumprir condicionantes aprovadas nas licenças Prévia, de instalação e de Operação, inclusive planos de controle ambiental de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental”

10040000111/16

Abertura: 21/03/2016 14:51:59

Tipo Doc: RECURSO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Unid Adm: NUCLEO POÇOS DE CALDAS

Req. Int: SETOR DO NUCLEO FLORESTAL

Req. Ext: TOGNI S/A MATERIAIS REFRATARIOS

Assunto: RECURSO AI Nº 46241

69
7

Diante da autuação, foi lavrada uma Advertência / Multa classificada como simples no valor de R\$ 72.791,43 (Setenta e dois mil, setecentos noventa e um reais e quarenta e três centavos), sendo posteriormente corrigida para R\$ 83.000,33 (oitenta e três mil reais e trinta e três centavos).

As condicionantes citadas pelo Auto de Infração em questão seguem descritas abaixo:

01. Apresentar Programa de manutenção dos filtros de mangas existentes para o desempoeiramento dos moinhos de martelo, da automação e da baia, seguido de cronograma de execução.”

PRAZO – 30 dias após data de concessão da LO revalidada

02. Encaminhar à FEAM o relatório das atividades executadas, de acordo com o Programa citado acima”

PRAZO – 10 dias após do término de execução do relatório de atividades (do item 01)

04. Executar o programa de auto monitoração determinado no Anexo II

Anexo II

1. Efluentes Líquidos

- 1.a. Local de Amostragem: Montante e Jusante da ETE sanitária

Parâmetros: Vazão, pH, DBOs (20°), DQO, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, detergentes e óleos e graxas.

- 1.b. Local de Amostragem: Montante e Jusante da caixa Separadora de óleo

Parâmetros: pH, DQO, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, e óleos e graxas.

- 1.c. Local de Amostragem: Montante e Jusante das duas máquinas de retíficas Separadora de óleo

Parâmetros: pH, DQO, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, e óleos e graxas.

Frequência:

Para o esgoto sanitário deverão ser feitas coletas compostas mensalmente, durante um período de 08 horas, sendo que o primeiro relatório, dentro do período desta licença revalidação, deverá ser enviado a FEAM no prazo máximo de 30 dias após a concessão da LO revalidada.

Para o efluente líquido industrial, deverão ser feitas coletas simples, sendo que o primeiro, dentro do período desta licença revalidada, deverá ser enviado a FEAM no prazo máximo de 30 dias após a concessão da LO revalidada.

Relatórios

Para os demais relatórios, os mesmos deverão ser encaminhados até o dia 10 do mês seguinte.

20
7

O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável pelas análises, produção industrial, o número de empregados no período, além de uma análise crítica dos resultados encontrados.

O cumprimento fora do prazo das condicionantes citadas aconteceu com apenas 20 (vinte) dias de atraso, sendo que tal fato se deu pela dependência de terceiros para a obtenção/emissão de tais documentos, não dependendo diretamente do empreendimento, no entanto as mesmas foram cumpridas sem causar à época nenhum tipo de dano ao meio ambiente.

Especificamente em relação à condicionante nº 2, somente após a leitura do parecer dos técnicos da SUPRAM-SM, que caracterizou-a como exigência não cumprida, notou-se que havia uma ambiguidade no entendimento da mesma, pois acreditou-se que a mesma havia sido cumprida quando do protocolo do Programa de Manutenção seguido do Cronograma de Manutenção. Não houve o entendimento que havia a necessidade de se apresentar diversos relatórios quando da manutenção dos filtros.

Diante destes fatos, apesar de o atraso de entrega ter realmente existido e o erro de interpretação do texto ter causado o descumprimento de exigência, tais faltas podem ser consideradas insignificantes, pois houve a apresentação dos documentos solicitados e apesar de não ter enviados os documentos comprovando a manutenção dos filtros de manga, houve o envio dos relatórios de emissão de materiais particulados que comprovam que os níveis de emissão estavam dentro dos padrões todos os anos.

Salienta-se também que houve a troca do combustível utilizado pelo empreendimento, deixando-se de utilizar totalmente o óleo combustível, para somente utilizar o gás natural como fonte de energia para os fornos, que possui um grau poluidor muito menor e elimina a emissão de SO_x .

No caso da condicionante 4, onde houve o lançamentos de efluentes líquidos fora do padrão, salienta-se que a porcentagem de efluentes lançados fora do padrão em relação a quantidade total de efluentes gerados, é ínfima. Outro ponto também, é que estes efluentes não são lançados em nenhum corpo hídrico, e sim destinados à rede coletora de esgoto do município.

Tal fato pode ser comprovado pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas, que cobra uma taxa de esgoto mensal referente ao lançamento destes efluentes em suas redes coletoras.



Salienta-se que foram realizadas, durante os seis anos de vigência da licença, em uma regularidade bimestral, um total de 40 (quarenta) amostras de efluentes na estação de tratamento de efluentes – ETE e que somente em **4 (quatro)** ocasiões houve ocorrências fora dos parâmetros, conforme mostra a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1. Porcentagem de análises fora do padrão na estação de tratamento de efluentes – ETE.

	Ph	D.B.O	D.Q.O	Sólidos Sedimentáveis	Sólidos Suspensos	Surfactantes	Óleos e Graxas
Amostras	0	2	1	0	1	0	0
%	0,00%	5,00%	2,50%	0,00%	2,50%	0,00%	0,00%

Em relação a Caixa Separadora de Água e Óleo da oficina, foram realizadas no total, também em regularidade bimestral, 33 (trinta e três) amostragens durante a vigência da licença, e verificou-se que em 13 (treze) ocasiões houve ocorrências de parâmetros fora do padrão, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2. Porcentagem de análises fora do padrão na Caixa Separadora de Água e Óleo da Oficina Mecânica

	Ph	D.Q.O	Sólidos Sedimentáveis	Sólidos Suspensos	Óleos e Graxas
Amostras	1	3	2	2	5
%	3,03%	9,09%	6,06%	6,06%	15,15%

Neste ponto, o que ocorre é que o dimensionamento da caixa atualmente não comporta o volume produzido pelo atual tamanho da oficina, causando uma sobrecarga na caixa separadora. O atual local da caixa separadora não permite que a mesma seja ampliada, no entanto, já foi feito o planejamento para a relocação da oficina ainda neste semestre, sendo que nesta nova área, a caixa separadora será dimensionada apropriadamente.

Quanto as Retíficas I e II, foram realizadas 28 (vinte e oito) e 26 (vinte e seis) amostras, respectivamente, durante a vigência da licença, verificando-se 16 (dezesesseis) e 9 (nove) ocasiões, respectivamente, onde algum parâmetro se apresentava fora do padrão exigido, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3. Tabela 2. Porcentagem de análises fora do padrão nas Retíficas I e II

		Ph	D.Q.O	Sólidos Sedimentáveis	Sólidos Suspensos	Óleos e Graxas
Retífica I	Amostras	13	2	0	1	0
	%	46,43	7,14	0,00	3,57	0,00
Retífica II	Amostras	8	0	0	1	0
	%	30,77	0,00	0,00	3,85	0,00

Nota-se que o parâmetro que mais se apresentou mais frequentemente fora do padrão foi o pH, isto devido ao tipo de trabalhos realizados pelas máquinas de retífica, que utiliza a água como forma de arrefecimento.

Neste ponto, cabe ressaltar que as retíficas são utilizadas esporadicamente, sendo acionadas somente quando há a necessidade de se retificar alguma peça que tenha saído fora da especificação do comprador ou necessite de reparos, o que, conforme mostra a Tabela 4, não ocorre com frequência.

Tabela 4. Horas e Consumo (m³) das Retíficas em comparação com o total da Fábrica

Ano	Hrs. trabalhadas		Consumo médio (m³/h)		Consumo Total anual (m³)		Consumo médio diário (m³/dia)		HrsTotal Fábrica (ano)	% hrs trabalhadas (ano)	
	Ret. I	Ret. II	Ret. I	Ret. II	Ret. I	Ret. II	Ret. I	Ret. II		Ret. I	Ret. II
2014	117,15	259,5	0,818	1,32	95,83	342,54	0,26	0,94	8760	1,34%	2,96%
2013	165,05	226,46	0,818	1,32	135,01	298,93	0,37	0,82	8760	1,88%	2,59%
2012	226,61	430,2	0,818	1,32	185,37	567,86	0,51	1,56	8760	2,59%	4,91%
2011	246,54	433,98	0,818	1,32	201,67	572,85	0,55	1,57	8760	2,81%	4,95%
2010	48,21	464,1	0,818	1,32	39,44	612,61	0,11	1,68	8760	0,55%	5,30%
2009	499,33	803,38	0,818	1,32	408,45	1.060,46	1,12	2,91	8760	5,70%	9,17%
2008	476,89	802,9	0,818	1,32	390,1	1.059,83	1,07	2,9	8760	5,44%	9,17%

Ressalta-se que o maior ponto de poluição neste caso seria o pH do efluente lançado, porém, o volume de efluente lançado não chega a ser considerável em relação ao volume do corpo hídrico em que o mesmo deságua.

Outro ponto é que, o corpo hídrico em que este efluente é lançado, o Ribeirão Poços de Caldas, pode ser considerado um rio de classe IV e não é utilizado para nenhum fim, seja ele de dessedentação de animais, lazer, agricultura ou captação, ou seja, o volume de efluente

73
7
lançado pelo empreendimento não causa mudanças significativas no corpo hídrico já deteriorado.

A TOGNI S/A MATERIAIS REFRATÁRIOS sempre seguiu os trâmites processuais com orientação do órgão responsável pelo licenciamento (FEAM), e sempre com o conhecimento de seus técnicos, através de várias fiscalizações, orientações e exigências, as quais sempre foram cumpridas a contento, tanto que, em todos esses anos, desde o início dos licenciamentos ambientais exigidos pelo Órgão Estadual nos anos de 1989, não houve um auto de infração penalizando a Empresa.

Salientamos, que a empresa completou no ano de 2015, 105 anos de existência, tendo tido nesse período, uma convivência pacífica e harmoniosa com os Órgãos públicos fiscalizadores e com a comunidade em relação a sua existência, local que no início era zona rural, e hoje, zona urbana com alto nível de ocupação, tanto residencial como comercial e industrial, tendo o bairro da Ponte Preta, onde se localiza, se tornado um Distrito Industrial.

II – O DIREITO

II.1 – PRELIMINAR

Quando avaliado segundo a infração administrativa do código 114 do artigo 83 do Decreto nº. 44.844 de 25 de junho de 2008, que diz:

“Descumprir condicionantes aprovadas nas licenças Prévia, de instalação e de Operação, inclusive planos de controle ambiental de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, ou cumpri-las fora do prazo fixado, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental”

Diante dos valores encontrados em cada local amostrado dos efluentes líquidos ao longo destes anos, embora tenhamos valores que fugiram dos padrões estabelecidos por lei, temos que olhar também de forma mais abrangente e com avaliação das reais consequências ao meio ambiente em relação aos valores extrapolados dos parâmetros analisados.

As incidências de valores fora do padrão como ETE e Caixa separadora foram muito baixos, além de que, os efluentes da ETE serem destinados à rede municipal coletora de esgoto, e no caso das águas das máquinas de retificas, o problema mais recorrente foi o pH,

74
7

porém com valores reais não significativos, em regime não contínuo e de pouco volume de água, o que certamente pouco afeta o curso d'água receptor já deteriorado por outros motivos.

Assim, quando no código acima exposto se diz “...se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental...” entendemos que mesmo que algumas análises tenham apresentados parâmetros fora do padrão, certamente no contexto ambiental de poluir ou degradar o curso de água receptor isso não ocorreu pelos motivos acima expostos e pela situação em que se encontra o curso d'água descrito na sequência.

A classificação do corpo d'água que recebe esses efluentes, o Ribeirão Poços de Caldas, é de classe 3, que segundo a DN COPAM/CERH-MG 01/2008, suas águas podem ser destinadas:

- a) Ao abastecimento para consumo humano, após tratamento convencional ou avançado;
- b) À irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras;
- c) À pesca amadora;
- d) À recreação de contato secundário; e
- e) À dessedentação de animais.

Atualmente, o curso de água receptor dos efluentes somente atende ao item “a”, pois a carga de esgoto despejada no curso d'água diretamente pelos usuários residenciais e comerciais da cidade de Poços de Caldas é altamente significativa, tornando o curso d'água fora do padrão para ser utilizados aos propostos nos itens mencionados.

II. 2 – MÉRITO

Tendo sido analisado os trabalhos feitos pela Empresa ao longo desses anos, não só no âmbito ambiental, mas também no social e econômico, não podemos aceitar a punição imposta pelo auto de infração ora em questão (AI – 02/2015), e além do mais, pelo valor definido de R\$83.000,33 (oitenta e três mil reais e trinta e três centavos), pelos dados fora do padrão encontrados no monitoramento e por alguns atrasos no prazo para entrega de documentos;

75
7

Devemos observar que inúmeros parâmetros são analisados e monitorados no sistema produtivo da fábrica e eles se apresentam todos dentro dos padrões estabelecidos, mesmo que algumas análises ultrapassaram os valores permitidos, porém de importância irrelevante, pelos motivos já expostos nesta defesa. Desta forma, entendemos que essa situação não pode determinar o presente Auto de Infração classificada como gravíssima e com um valor pecuniário tão alto.

Diante dessa postura, o Órgão Ambiental FEAM/SUPRAM coloca a TOGNI S/A MATERIAIS REFRAATÓRIOS, no mesmo rol de empresas que cometem infrações deliberadamente, que não procuram trabalhar dentro das normas e leis, que dificultam os trabalhos dos agentes ambientais na execução de seus trabalhos, seja não colaborando com documentações solicitadas ou dificultando as vistorias.

Utilizando as instruções contidas no Parágrafo 1º, Item III, letras A, B, D e E do Artigo 27 do Decreto 44.484 de 25/06/2008, temos:

“III - lavrar auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto:

- a) a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos;
- b) os antecedentes do infrator ou do empreendimento ou instalação relacionados à infração, quanto ao cumprimento da legislação ambiental estadual;
- c) a situação econômica do infrator, no caso de multa;
- d) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos; e
- e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta”

Comentários baseados nas descrições contidas no item III do Artigo acima transcrito:

Letra a) – A infração cometida pela TOGNI em nada afetou a saúde pública e/ou para o meio ambiente e recursos hídricos;

Letra b) – Como já descrito no histórico da Empresa, não há nada que desabone a TOGNI S.A. MATERIAS REFRAATÓRIOS em relação a sua conduta e sua situação em relação a legislação ambiental, respaldada com todas as licenças ambientais pertinentes à sua atividade;



76
7

Letra d) – Sempre que há necessidade, a Empresa é a primeira a tomar a iniciativa de corrigir os danos causados ou de melhorar o procedimento produtivo de forma adequada ao meio ambiente e

Letra e) – Conforme o histórico da empresa, pode-se constatar com os técnicos e instituições, não somente do âmbito ambiental, mas de diversos segmentos que conhecem a TOGNI S.A. MATERIAIS REFRACTÁRIOS, de sua postura em relação a solucionar os eventuais problemas causados.

No próprio parecer dos técnicos sobre a avaliação dos sistemas de controle ambiental da TOGNIS.A. MATERIAIS REFRACTÁRIOS, mencionam que há desempenho ambiental satisfatório à atividade desenvolvida pelo empreendimento.

III.2 – A CONCLUSÃO

Diante do histórico apresentado, das justificativas e da idoneidade da Empresa perante aos seus deveres social, econômico e ambiental, espera e requer seja acolhida a presente defesa, cancelando-se o auto de infração lavrado.

Termos em que

Pede deferimento.

Poços de Caldas, 16 de março de 2016.



TOGNI S.A. MATERIAIS REFRACTÁRIOS
FÁBIO EDUARDO TOGNI
VICE PRESIDENTE



OSVALDO LUIS REGONHA
GEÓLOGO E ENG. DE MINAS
CREA-MG 46.424/D